



## PT e PC do B definem agenda combativa

O bloco de vereadores do PT e PCdoB definiram uma agenda de oposição propositiva. A ideia partiu dos presidentes das siglas, Sidinei Cardoso (PT) e Alexandre Pahim (PC do B) bem como da bancada formada pelos vereadores Ricardo Blattes, Helen Cabral e Marina Callegaro (todos do PT), e, ainda, Maria Rita Py Dutra (PC do B). Também integram o bloco, os parlamentares Werner Rempel (PC do B) e Valdir Oliveira (PT), que estão licenciados. O primeiro porque terá um mandato “compartilhado”. Ou seja, duas vezes, ao ano, a suplente Maria Rita Py assumirá por um mês. E Valdir que se recupera após ter ficado mais de dois meses internado ao ter contraído o coronavírus.

### DEFINIÇÕES

O bloco definiu que tratará de pautas como: a vacinação, renda para as pessoas mais vulneráveis e geração de emprego para a população local. Ainda no encontro, trataram de ações programáticas de oposição e sobre a aproximação com partidos de esquerda que, atualmente, não possuem uma cadeira na câmara. O objetivo é ampliar a capilaridade da esquerda em Santa Maria, que, nas últimas eleições, perdeu espaço frente ao avanço de siglas do centro e da direita.



## PUBLICIDADE LEGAL

**RINCÃO DOS ALBINOS ENERGÉTICA S.A.**  
CNPJ n. 08.147.388/0001-60  
NIRE 43300062414  
("Companhia")

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Diretoria, no uso das atribuições estatutárias e de acordo com o artigo 124 da Lei das S.A., CONVOCA os senhores acionistas ("Acionistas") a se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA ("Assembleia"), a se realizar, sob a forma exclusivamente digital, por meio da plataforma digital Microsoft Teams ("Plataforma Digital") no dia **14 de maio de 2021**, às 13h em primeira chamada, para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: (i) destituição do diretor técnico; (ii) destituição do diretor comercial; (iii) em caso de aprovação dos itens (i) e/ou (ii), deliberar sobre (a) eleição de diretores técnico e comercial substitutos ou (b) concessão de prazo para a busca e eleição de novos diretores técnico e comercial, ficando os Diretores Financeiro e Administrativo interinamente responsáveis pela integralidade das questões de competência da Diretoria; (iv) em caso de aprovação dos itens (i) e/ou (ii), delegar competência à Diretoria para que sejam tomadas todas as providências para determinar as responsabilidades do(s) diretor(es) destituído(s), inclusive, se for o caso, com contratação de laudo técnico a respeito, contratação de advogados para propositura de ação judicial e demais providências que a Diretoria entender úteis; (v) reeleição dos Diretores Financeiro e Administrativo da Companhia, Srs. Edson Luiz Diegoli e José Fernando de Mello, respectivamente, com novo mandato até 2024. O boletim de voto a distância ("Boletim de Voto"), informações pertinentes e acesso à Plataforma Digital serão disponibilizados na página da Companhia, na rede mundial de computadores (<http://cachoeiracincoveados.com.br>), na área "Comunicados", e foram disponibilizados aos Acionistas da Companhia nesta data. Considerando a pandemia da COVID-19 no Brasil, sobretudo em razão da continuidade das restrições existentes à circulação e reunião de pessoas, a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação dos Acionistas somente poderá ser: (a) via Boletim de Voto, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam do próprio Boletim de Voto, que pode ser acessado conforme mencionado acima; e/ou (b) via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, caso em que o Acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o Boletim de Voto; ou (ii) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto e que, caso queira, vote na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim do Voto serão desconsideradas valendo somente o voto proferido na Plataforma Digital. Os Acionistas que desejem participar da Assembleia deverão enviar para o e-mail [cachoeiracincoveados@gmail.com](mailto:cachoeiracincoveados@gmail.com), com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, informações pessoais ("Informações Pessoais"), como cópia de documento de identidade, instrumento de representação e endereço de e-mail pessoal, que será usado pela Companhia para envio de link de acesso para participação na Assembleia, via Plataforma Digital. Será obrigatória a transmissão da imagem do Acionista ou de seu procurador, por câmera de vídeo aberta, durante sua permanência na Assembleia, bem como será realizada a gravação da Assembleia, por meio da Plataforma Digital. Os Acionistas que enviarem suas Informações Pessoais para participação na Assembleia autorizam, desde já, a gravação e uso de imagem para os fins da Assembleia.

Quevedos, 4 de maio de 2021.  
A DIRETORIA

# A alfinetada de Burmann ao ministro, e Pozzobom não perde a viagem

FOTOS PEDRO PIEGAS

A vinda do ministro da Educação, Milton Ribeiro, a Santa Maria, ontem, foi marcada, ao menos, por momentos interessantes, e, não raro, inusitados. Alinhado, como não poderia ser diferente ao governo central, o número um do MEC disse que os cortes no orçamento das instituições de Ensino Superior se dão para que a gestão do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) coloque comida no prato do brasileiro. A declaração do ministro é uma referência à concessão do benefício do auxílio emergencial à população.

Ainda que na condição de inquilino da UFSM, o reitor Paulo Burmann, que termina o mandato no fim do ano, aproveitou a oportunidade para dizer o que os educadores e gestores das universidades públicas não entendem: os cortes orçamentários à educação e à ciência e à pesquisa.

– Custa muito aceitar que R\$ 31 bilhões tenham sido deslocados dos ministérios, especialmente da Educação, da Saúde e Ciência e Tecnologia, para atender as negociações das emendas parlamentares – pontuou Burmann.

Também presente, o prefeito Jorge Pozzobom (PSDB) apresentou um mapa ao ministro com detalhes sobre a construção das creches do Programa Proinfância, que são executadas com recursos do Governo Federal e contrapartidas da prefeitura.



## Os esquecidos da saúde devem ser reverenciados

O Dia Internacional da Enfermagem foi celebrado ontem. No Sala de Debate, Liliane Duarte, que é enfermeira e vice-presidente do Lar das Vovozinhas, lembrou ao público que a data remete ao nascimento de Florence Nightingale, considerada a pioneira da enfermagem moderna. O reconhecimento à atuação destes profissionais no enfrentamento da pandemia de Covid-19, deve ser feito de forma permanente. Como Liliane destacou no Sala de Debate, há 200 anos, a enfermeira Florence percebeu como uma atitude tão básica, a lavagem das mãos, era capaz de prevenir inúmeras doenças. O que estamos vendo, novamente, nos dias de hoje. Florence defendeu o treinamento das equipes de enfermagem, a higienização dos hospitais e, principalmente das casas, onde a maioria dos casos de doenças infecciosas eram registrados.

Ao prestarem uma exaustiva assistência direta, os profissionais da enfermagem tornaram-se atores principais dessa trágica pandemia. O protagonismo está ancorado na atuação corajosa, efetiva e ininterrupta dentro dos hospitais. A comoção geral da sociedade, que é perceptível, deveria se desdobrar em valorização – em condições de trabalho e de remuneração – a esses profissionais que já tombaram, tanto no passado quanto no presente, para proteger a todos nós.

## Um projeto, duas maternidades. E um ajuste à importante iniciativa

Na última quarta-feira, a vereadora Helen Cabral (PT) protocolou um Projeto de Lei que sugere a obrigatoriedade do ensino da Lei Maria da Penha nas escolas de educação básica da rede municipal de Santa Maria. Ao justificar a matéria, ela lembrou da morte da jovem santa-mariense Isadora Viana Costa, vítima de feminicídio, que dá nome ao projeto de Helen.

Acontece que uma lei muito semelhante, com a mesma proposta de ensino da referida lei nas escolas, foi criada por Luci Duartes (PDT), ainda em 2019, que foi aprovada e sancionada pela prefeitura.

O nome da lei original é "Programa Maria Sem Medo" e institui o ensino da lei em combate à violência contra a mulher e feminicídio por meio da divulgação de medidas de assistência e protetivas, nas comunidades escolares. Conforme Luci, ao perceber a entrada da matéria na pauta da sessão, ela explicou a repetição da proposta à presidência da Câmara.

### GANHO CONJUNTO

Para Luci, há possibilidade de ser feito, em conjunto, um novo projeto para ampliar a atuação da lei:

– Talvez possamos estender esta ideia da disseminação da lei para além das escolas, levando as leis de proteção à mulher a outros espaços da sociedade.

Helen solicitou a retirada do projeto da tramitação e afirma que vai reapresentá-lo nesta quinta. (Colaborou Gabriele Bordin)